

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO nº 049/16/IPSR

PROCESSO: Nº 01/00262/14
INTERESSADO: Revita Engenharia Ltda.
MUNICÍPIO: Marília
ASSUNTO: Análise da viabilidade ambiental das Obras de Implantação da Indústria de Tratamento e Valorização de Resíduos – ITVR Marília
DATA: 02.05.2016

1 INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico nº 049/16/IPSR referente à análise da viabilidade ambiental das Obras de Implantação da Indústria de Tratamento e Valorização de Resíduos – ITVR Marília de responsabilidade da empresa REVITA Engenharia Ltda., elaborada pelo Setor de Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos – IPSR do Departamento de Avaliação Ambiental de Projetos e de Processos – IP.

2 DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A gleba proposta para a implantação do empreendimento possui 134,08 ha e localiza-se na zona rural do município de Marília, na altura do km 355 da Rodovia Estadual Rachid Rayes (SP 333). A ITVR ocupará área 68,51 ha e contemplará as seguintes unidades: Maciço de resíduos com 75 m de altura para codisposição de resíduos domiciliares e industriais classe II A, com capacidade de recebimento de 650 t/dia, vida útil de 27,5 anos e capacidade volumétrica de 6.208.713,90 m³ de resíduos; Unidade de Triagem de Recicláveis (50 t/dia); Unidade de Compostagem de Resíduos Orgânicos (5 t/dia); Ecoponto (1,4 t/dia); e Unidades de apoio: recepção e balanças; administração; oficinas; pátio de estocagem de materiais. O empreendimento atenderá o município de Marília e região.

O terreno de implantação do empreendimento encontra-se bastante antropizado e ocupado predominantemente por pastagens, tal como o seu entorno, não ocorrendo presença de população nas imediações.

Conforme descrito no EIA, está prevista a aplicação de 26 Planos e Programas que objetivam garantir o desempenho adequado do empreendimento no que diz respeito ao funcionamento dos sistemas de proteção ambiental e aspectos operacionais do aterro e demais Unidades.

3 AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Os principais potenciais impactos negativos ao meio ambiente, decorrentes das fases de planejamento, instalação, operação e encerramento do empreendimento, bem como as principais medidas mitigadoras e/ou compensatórias propostas pelo empreendedor e as elencadas no Parecer Técnico nº 049/16/IPSR são apresentadas a seguir. Salienta-se que a área de implantação do empreendimento não está inserida em: Área de Segurança Aeroportuária – ASA nos termos da Lei nº 12.725/2012 que “*dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos*”; Unidades de Conservação – UCs e nem em Zonas de Amortecimento – ZAs de UCs; Área Natural Tombada – ANT e nem em zona envoltória; e Áreas de comunidades quilombolas e/ou indígenas.

3.1 Fase de planejamento

- **Expectativa da população e geração de empregos** - a implantação do empreendimento pode causar dúvidas e inseguranças sobre eventuais incômodos decorrentes das atividades a serem desenvolvidas. Ainda, podem surgir expectativas sobre a geração de empregos. Para a implantação do empreendimento serão necessários 70 trabalhadores e na fase de operação 54. Foi proposta no EIA a implementação de um Programa de Comunicação Social que contempla divulgação, canal de comunicação, além de prever

ações de educação ambiental e de capacitação e treinamento da mão de obra no âmbito de programas específicos, para o qual o empreendedor deverá apresentar um balanço das ações realizadas durante as fases de execução das obras e operação do empreendimento.

3.2 Fase de instalação

- **Impactos sobre propriedades** – a área de implantação da ITVR, objeto da Matrícula nº 52.329 emitida pelo 1º Oficial de Registro de Imóveis e Anexos, foi adquirida pelo empreendedor conforme documento emitido em 07.12.2015 pelo 3º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos – Marília – SP. Assim sendo, para a implantação do empreendimento não estão previstos impactos sobre propriedades.

- **Supressão de vegetação Nativa e Intervenção em Áreas de Preservação Permanente – APPs** - para a implantação do empreendimento não haverá intervenção em APP, sendo previsto o corte de 29 árvores isoladas fora de APP, para o qual o empreendedor deverá apresentar projeto de plantio compensatório e a inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR referente à instituição de Reserva Legal. Além disso, deverá ser detalhado na LI a proposta de projeto de barreira vegetal.

- **Uso de áreas de empréstimo e de armazenamento de solo** - as obras de terraplenagem para preparação do empreendimento devem gerar 1.569.183,50 m³ de solo, dos quais haverá um excedente de 69.758,94 m³. Por ocasião da solicitação da LI, o empreendedor deverá apresentar balanço de solo revisado, detalhamento da área de armazenamento temporário de solo na área do empreendimento, as potenciais áreas de destinação do solo excedente, a revisão do balanço volumétrico e os ensaios geotécnicos que comprovem a adequabilidade do solo das áreas de empréstimo para os fins a que se destinam.

- **Interferências sobre o patrimônio arqueológico** - não estão previstas interferências no patrimônio arqueológico, uma vez que de acordo com o levantamento arqueológico interventivo não foram encontradas evidências da ocorrência de remanescentes materiais que pudessem representar interesse ao estudo arqueológico. Tal diagnóstico foi protocolizado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o qual se manifestou por meio do Ofício nº 0491/2016 GAB-IPHAN/SP de 20.04.2016 favorável à emissão das licenças ambientais pertinentes, a saber, Licenças Prévia, de Instalação e de Operação.

- **Interferências sobre o patrimônio paleontológico** – na região onde se localiza o município de Marília ocorrem fósseis do Grupo Bauru, das formações Adamantina e Marília, sendo realizado diagnóstico paleontológico concluindo que não foram encontrados fósseis corpóreos, mas foram observados icnofósseis no entorno da ADA. Será implementado Programa de Gestão Paleontológica a ser detalhado na fase da LI, salientando que caso seja identificada a presença de fósseis deverá ser realizada prévia comunicação ao DNPM.

- **Interferências em infraestrutura existente** – na vistoria técnica realizada pela CETESB na área da ITVR, foi observada a presença de linha de distribuição de energia elétrica da propriedade, para a qual o empreendedor deverá solicitar a interrupção do fornecimento de energia junto à CPFL e providenciar a relocação de tal linha.

- **Geração de resíduos sólidos de demolição** – o terreno da ITVR apresenta edificação que foi utilizada para fins de moradia e antigo estábulo, os quais serão demolidos. Tal demolição gerará 84 m³ de resíduos, sendo prevista a implementação de Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil a ser detalhado na LI e a apresentação do Projeto Executivo dos locais de armazenamento temporário para tais resíduos.

3.3 Fases de instalação e operação

- **Intensificação dos Processos de Dinâmica Superficial** - a movimentação de solo durante as fases de instalação e operação do empreendimento poderá favorecer o surgimento de processos erosivos, além do transporte de material particulado para drenagens locais situadas a jusante da área das obras. No entanto, será implementado o Plano de Gestão Ambiental das Obras a ser detalhado na fase de LI.

- **Interferências na fauna silvestre** – a área de implantação do empreendimento e seu entorno encontram-se bastante antropizados e utilizados como pastagem. No diagnóstico realizado foram registradas predominantemente espécies que possuem baixa sensibilidade ambiental e hábitos generalistas, além de 2 espécies de mamíferos e 7 de aves consideradas ameaçadas. No entanto, a implantação do empreendimento não implicará em interferências significativas na fauna uma vez que será implementado Programa de Monitoramento e de Minimização de Incômodos à Fauna, contemplando medidas preventivas e corretivas, entre outras, a ser detalhado na fase de LI.

- **Pressão na infraestrutura viária e riscos de acidentes** - Devido à presença e movimentação de veículos pesados, tais como caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras e veículos coletores, durante a instalação e operação de empreendimentos desta tipologia, poderão ocorrer incômodos à população, tais como tráfego intenso, geração de poeira e espalhamento de lama na área de influência, deterioração das vias de acesso, principalmente nos meses de chuva, além de riscos de acidentes. No entanto, serão implementados Programa de Controle de Tráfego e Programa de Minimização de Incômodos à População e Risco de Acidentes, a serem detalhados na fase da LI, bem como, deverá ser apresentada proposta detalhada das melhorias na vias de acesso à ITVR Marília e manifestação favorável da concessionária responsável pela Rodovia Estadual Rachid Rayes (SP 333) quanto às melhorias na via de acesso.

3.4 Fase de Operação

- **Potenciais impactos no solo e sobre as águas subterrâneas** - trata-se de impactos potenciais mitigáveis com a implantação de um adequado projeto de engenharia e das medidas preventivas propostas, as quais incluem sistema de impermeabilização inferior, sistemas de drenagem de águas pluviais, de gases e de líquidos percolados, cujos projetos executivos serão apresentados e detalhados pelo empreendedor para a fase de LI. Além disso, está previsto Programa de Monitoramento da qualidade das águas subterrâneas, a ser detalhado na fase da LI.

- **Potenciais impactos sobre as águas superficiais** - a alteração da qualidade das águas superficiais, pode ocorrer em função do assoreamento causado por partículas de solo carregadas da área do empreendimento devido ao escoamento superficial das águas pluviais durante a implantação e operação da obra, bem como pelo lançamento de efluentes. No entanto, esse potencial impacto será mitigado com a implementação do sistema de drenagem de águas pluviais cujos projeto executivo será apresentado e detalhado pelo empreendedor para a fase de LI. Além disso, está previsto Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais, a ser detalhado na fase da LI.

- **Risco de instabilização geotécnica do maciço de resíduos** - maciços de resíduos possuem o potencial de instabilidade associado, principalmente, à inadequada operação dos sistemas de proteção ambiental, ausência ou monitoramento inadequado, baixa capacidade de suporte do solo e/ou concepção geométrica inadequada. Para monitorar as condições de estabilidade do maciço foi proposta a instalação de instrumentos, para acompanhamento do comportamento geotécnico do maciço e a implementação de um Programa de Monitoramento Geotécnico do Maciço de Resíduos que contemple as necessárias medidas preventivas e de controle, a ser aprovado na fase de LI.

- **Geração e emissão de substâncias odoríferas** - não são esperados incômodos pela geração e exalação de odores considerando a adequada operação do empreendimento, que inclui a compactação e a cobertura diária de resíduos em frente de operação reduzida. O núcleo populacional mais próximo é o bairro Jacutinga, localizado a cerca de 6 km da área de implantação do empreendimento e a direção

predominante dos ventos é de sudeste/nordeste, sendo que nessa direção não ocorre a presença de população (receptores) nas proximidades.

- **Emissões atmosféricas** – as emissões atmosféricas provenientes da formação e emissão do biogás do aterro, além das movimentações dos veículos transportadores de resíduos e equipamentos utilizados na operação do empreendimento representam um potencial impacto na qualidade do ar. No projeto do aterro foi prevista a implantação de sistema de drenagem e queima de gases, o que deverá ser detalhado por ocasião da solicitação da LI. Ainda, por ocasião da solicitação LO, deverá ser comprovado os valores de emissão propostas para as fontes constantes do empreendimento.

- **Riscos à saúde pública** - o recebimento de resíduos em aterros sanitários, principalmente nas frentes de trabalho antes do aterramento dos mesmos, poderá atrair reservatórios e vetores de doenças. No entanto, esse potencial impacto será mitigado com a adequada operação do empreendimento e a adoção de medidas mitigadoras propostas. Entretanto, em caráter preventivo, deverá ser implementado um Programa de Controle de Reservatórios e Vetores, a ser detalhado por ocasião da solicitação da LI.

3.5 Fase de encerramento

- **Impactos associados ao encerramento do empreendimento** - quando do encerramento das atividades de aterros, poderão ocorrer alguns impactos ambientais negativos, tais como: processos erosivos, instabilidades no maciço, odores, alteração da paisagem, entre outros. Assim sendo, antes do encerramento do empreendimento, o empreendedor deverá apresentar um Plano de Encerramento, além de eventual proposta detalhada de uso futuro.

4 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Foi apresentado pelo empreendedor um Programa de Compensação Ambiental, conforme estabelecido pela Lei nº 9.985/2000, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340/2002 e alterada pelo Decreto Federal nº 6.848/2009. Caberá à Câmara de Compensação Ambiental da SMA definir a destinação dos recursos da compensação, sendo a apresentação do comprovante de pagamento pelo empreendedor e a assinatura de um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA condicionantes à emissão da LI. Para a LO deverá ser apresentado relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando a realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental.

5 CONCLUSÃO

Face ao exposto, entende-se que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam implementadas as medidas propostas no EIA e atendidas as exigências técnicas definidas no Parecer Técnico nº 049/16/IPSR. Nestes termos, esta Diretoria submete ao CONSEMA, a presente súmula, para verificação do interesse em apreciar a viabilidade ambiental das Obras de Implantação da Indústria de Tratamento e Valorização de Resíduos – ITVR Marília, de responsabilidade da empresa Revita Engenharia Ltda.no município de Marília.

Ana Cristina Pasini da Costa

Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental